



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	5309/989/18
Poder	LEGISLATIVO
Município	Limeira
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA
Período	06/2018
Relator	Dr. Edgard Camargo Rodrigues
Unidade Fiscalizadora	UR-10 UNIDADE REGIONAL DE ARARAS
Responsável	JOSE ROBERTO BERNARDO
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	016.393.968-37
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 1.746.732,66
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 353.078,09
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 1.369.879,56
(=) Liquidez do Período	R\$ 23.775,01
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 12.157.000,04
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 12.180.175,05
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0,00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 600,00

O resultado de liquidez acima apresenta superávit, tanto no resultado atual do período, quanto no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 56,23%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 12.156.999,96
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 246.950,94
Despesas com folha de pagamento	R\$ 6.944.469,60
Despesa com folha/Transferências realizadas	56,23%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 560.897.317,51

Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 560.897.317,51
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 978.393,63
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,17%
Apuração do limite (com CIP)	0,17%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,17%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	298701
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 560.897.317,51
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 560.897.317,51
Percentual Máximo Permitido	6,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 33.653.839,05
Total de Despesas do exercício	R\$ 11.886.874,01
Percentual Apurado (sem CIP)	2,12%
Percentual Apurado (com CIP)	2,12%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 2,12%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/09/2018

Hora da Geração: 21:38:23